

ATA DA 028ª SESSÃO ESPECIAL DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2016, PARA  
APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -  
Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a  
presente sessão.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas  
autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor procurador-geral de  
Justiça, doutor Sandro José Neis;

Senhor subprocurador-geral de Justiça para  
Assuntos Institucionais, doutor Fábio de Souza  
Trajano;

Excelentíssima senhora promotora de Justiça,  
doutora Vanessa Cavallazzi;

Senhor subcorregedor-geral do Ministério  
Público, doutor José Galvani Alberton.

Esta é uma sessão especial, dando cumprimento  
ao preceito constitucional para que o Ministério  
Público possa fazer uma explanação da sua  
atividade a todos os catarinenses, aos  
parlamentares desta Casa e à sociedade.

Desde já, quero deixar enfatizada a relação  
republicana, amistosa e dentro dos princípios para  
os quais todos nós temos obrigação, que é o do  
serviço público na plenitude.

Por isso, é um prazer receber os srs.  
promotores e os srs. procuradores aqui  
representados pelo procurador-geral.

Gostaria de dizer da satisfação desta Casa de  
poder, ao longo do exercício das suas funções,  
fazer um trabalho único de prestação de serviço à  
sociedade catarinense.

Concedo a palavra ao procurador-geral de  
Justiça, dr. Sandro José Neis, pelo tempo  
necessário.

O SR. PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA (Sandro José  
Neis) - Srs. parlamentares desta augusta

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, colegas de Ministério Público, srs. procuradores, srs. promotores e sras. promotoras de Justiça que nos acompanham neste momento muito importante para o Ministério Público catarinense, quero, inicialmente, cumprimentar esta Casa pela compreensão que tem tido com os pleitos e os encaminhamentos do Ministério Público de Santa Catarina.

Nós acabamos de assinar mais uma parceria com esta Casa, em que se busca a divulgação de eventos que são realizados pelo Ministério Público com a Assembleia Legislativa, no sentido de levar, através da TVAL, da TV desta Casa, a todos os quadrantes do estado de Santa Catarina informações que são úteis à população.

Hoje foi um momento muito especial em que tivemos a oportunidade de assinar este Termo de Cooperação e, por coincidência, estamos vindo a esta Casa, e quem sabe, presidente, seja o momento mais importante do ano para o Ministério Público catarinense. Digo isto porque é o momento em que o Ministério Público se apresenta para prestar contas à sociedade catarinense, e nada melhor que seja perante o Parlamento. Mas também é o momento em que o Ministério Público faz reflexões e avaliações sobre o que realizou no ano próximo passado.

Então, é com imensa alegria que estamos, hoje, dividindo com o Parlamento catarinense as conquistas e os avanços do Ministério Público, que também significam conquistas e avanços para a sociedade do nosso estado.

Inicialmente, gostaríamos de registrar que a nossa intenção, ao vir a este Parlamento na qualidade de administrador público, é trazer não todas as informações sobre a atuação do Ministério Público, evidentemente - e isso, aliás, nem seria adequado, pelo tempo que dispomos e também seria extremamente cansativo. Nós destacamos questões, posturas, projetos, iniciativas e parcerias que se relacionam especialmente com a defesa de interesses sociais, a defesa de interesses

coletivos, e que têm um foco no nosso planejamento estratégico.

(Procede-se à exibição de *slides*.)

O Ministério Público possui missão, visão e valores bem definidos, fruto de debate e avaliação interna, de debate entre todos os segmentos institucionais. E é a partir destes três segmentos: missão, visão e valores, que nós estabelecemos o nosso planejamento estratégico, indicando rumos que a instituição deverá seguir nos próximos 10 anos.

Nós dividimos a nossa apresentação dentro desses objetivos, indicando resultados concretos. Nós mudamos um perfil de apresentação de resultados numéricos para apresentação de resultados de iniciativas que efetivamente transformaram a realidade social. Este é o nosso objetivo nesses minutos em que vamos apresentar dados e informações sobre conquistas realizadas.

O primeiro programa envolve a questão da acessibilidade total e visa à garantia dos direitos fundamentais e a sua efetivação, com a garantia da livre circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em todos os ambientes.

É evidente que o Ministério Público não poderia, no momento inicial, atingir todos os segmentos da sociedade. E nós tomamos como referência os ambientes escolares e as unidades de saúde, e os resultados são muito significativos.

O primeiro ponto que eu trago para a reflexão desta Casa é a iniciativa que o Ministério Público tem apresentado de procurar a capacitação de profissionais de setores, de áreas, de segmentos, seja da iniciativa privada ou do setor público que de uma forma ou de outra se relaciona diariamente com o Ministério Público.

Com relação à acessibilidade, o Ministério Público capacitou 115 profissionais de engenharia, arquitetura e de áreas correlatas, e a partir desse momento essas pessoas passaram a ser parceiras do Ministério Público no levantamento de situações que mereciam uma atenção especial da instituição. E foi a partir dessas vitórias que o

Ministério Público instaurou 236 inquéritos civis, expediu 87 recomendações e ajuizou 77 ações civis públicas.

Um número que me parece muito significativo é o que representa os Termos de Ajustamento de Conduta que foram firmados pela instituição. Só nessa área, no ano de 2015, foram firmados 137 Termos de Ajustamento de Conduta. Isso significa 137 ações civis públicas que não precisaram ser ajuizadas, em que se buscou um resultado efetivo a partir de uma conscientização de que uma situação merecia ser melhor encaminhada.

E quais foram os resultados obtidos? No ano de 2015, tivemos mudanças em 872 escolas municipais, 221 escolas estaduais e em 387 escolas particulares. Verifiquem a dimensão dos números: estamos falando de, aproximadamente, 1.400 ou 1.500 escolas, sejam elas municipais, estaduais ou particulares, que tiveram interferência direta no que se refere à acessibilidade, levando igualdade de tratamento em que as crianças que frequentam aquele ambiente escolar passaram a entender que a pessoa que apresenta uma deficiência física também merece oportunidade, dando efetividade ao Princípio da Igualdade, especialmente do respeito e a dignidade da pessoa humana.

Nesse período também oficiamos aos municípios solicitando informações sobre o atendimento às normas de acessibilidade. E as informações indicam que 868 postos de unidades básicas de saúde, localizados em 149 municípios, enviaram informações precisas e atualizadas sobre a questão da acessibilidade em unidades de atendimento à saúde.

E é a partir desses números que vem o segundo grande desafio para a instituição: fazer com que todos esses ambientes da área da saúde também recebam o mesmo tratamento que receberam os ambientes escolares.

Traduzido nesta imagem, este é o nosso objetivo: a adequação da mobilidade, especialmente para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

Outro ponto que nos chama a atenção é o carinho e a atenção que o Ministério Público tem dado à política de atendimento às pessoas da terceira idade ou da melhor idade, que visa à garantia dos direitos fundamentais e a sua efetividade.

A nossa intenção é zelar pela efetivação dos direitos e das garantias previstas no Estatuto do Idoso, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo a sua dignidade, o bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Foram instaurados, nesse período, 1.507 procedimentos para apurar violações de direitos dos idosos. Infelizmente, é um número muito significativo, envolvendo basicamente abandono, maus-tratos e negativa de acesso a serviços públicos.

Foram realizadas 174 vistorias a estabelecimentos de abrigo de pessoas da terceira idade, que são conhecidas como casas de repouso. E isso feito com a parceria de Vigilância Sanitária, CREA, participação de engenheiros e arquitetos, enfim, com uma grande equipe identificando eventuais violações de direitos de pessoas da terceira idade.

Este número também nos chama muito a atenção: foram instaurados 105 procedimentos preparatórios investigativos e inquéritos civis, mas foram ajuizados 20 TACs e ajuizadas 21 Ações Civis Públicas. O primeiro número é número positivo, digamos assim, solução de um problema sem a necessidade de ajuizamento de uma ação. O segundo é o preocupante. O Ministério Público teve que acionar pessoas físicas ou jurídicas, quem sabe até o próprio estado ou o município, por violação ao direito das pessoas da terceira idade.

Algo que nos chama a atenção também é que, de todos os municípios catarinenses, apenas 150 tinham conselhos criados e apenas 87 estavam em regular funcionamento. E algo que impressiona é que quanto mais organizado, mais atuante e mais efetivo o Conselho Municipal, menor é a incidência de violação, menor é a incidência de casos de abandono, de maus-tratos e de omissões por parte

do Poder Público com relação às pessoas da terceira idade.

Hoje, o Conselho Municipal dos Idosos está presente em 269 municípios e ativo em 244. Houve um aumento, em relação a 2014, na ordem de 280%, ou seja, uma evolução muito significativa. Quem sabe ao final de 2016 tenhamos condição de apresentar um número que indique que todos os municípios catarinenses têm um conselho atuante.

Nessa área também de formação de parceria e capacitação de agentes parceiros do Ministério Público, houve a capacitação, por parte do Ministério Público, de 150 pessoas, sendo elas conselheiros municipais e fiscais da Vigilância Sanitária.

Agora mudando de área e já entrando em outro programa, gostaríamos de destacar o Programa do Alimento Sem Risco, que, inclusive, vem concorrendo a prêmios nacionais porque é um programa de efetivação da proteção da saúde do consumidor. Foi firmado - e aí eu preciso, até por questão de justiça, reconhecer os parceiros do Ministério Público nessa área - o Termo de Cooperação Técnica n. 19, em 2010, e esse compromisso foi reafirmado já no ano de 2014, formando as parcerias que são essenciais ao controle dos alimentos que chegam diariamente às nossas mesas.

Faço questão de registrar a parceria da Epagri, da Cidasc, da Fatma, do Ibama, da Vigilância Sanitária, do Lacen, do CREA/SC, do CIT/SC, da secretaria de estado da Agricultura, do Ministério Público do Trabalho, e Polícia Militar Ambiental. Sem a participação destes órgãos, o resultado certamente não seria o mesmo.

Foram firmados, no ano de 2015, 130 TACs que visavam à regularização de comercialização de produtos que são colocados à venda, especialmente pela utilização de agrotóxicos, e os números realmente são impactantes. Para os senhores terem uma noção, nós tivemos, no ano de 2007, apenas sete ocorrências nas promotorias de Justiça, e chegamos a 2015 com 202 ocorrências, fruto da

atuação conjunta do Ministério Público com essas instituições parceiras.

E os indicadores desse monitoramento? O que está acontecendo com os nossos produtos que chegam, deputado Leonel Pavan, todos os dias em nossas mesas? Nós temos três categorias de classificação. Na linha verde, temos os produtos sem resíduo de agrotóxicos. Tivemos uma evolução muito significativa e estamos com 42% das amostras coletadas sem a presença de agrotóxico. Na linha vermelha, temos aqueles que estão em desconformidade e tivemos, ao longo do tempo, uma redução: saímos de 34% e estamos, hoje, em 16%. Agora existe algo ainda preocupante, que são os produtos com resíduos de agrotóxicos. Nós saímos de 31%, em 2011, e as amostras indicam que hoje, em 2015, que foi o período de avaliação, nós temos 40% dos alimentos apresentando essa situação de resíduo de agrotóxico.

Essa tabela complementa a anterior, na medida em que a presença de agrotóxicos que são de uso proibido apareceram em 8% das coletas, enquanto que as que estavam além do limite permitido foram da ordem de 45%. E temos o uso de agrotóxico não autorizado chegando na ordem de 45%. Ou seja, é muito significativo, inclusive com a indicação de agrotóxico não autorizado, e muitos deles são clandestinos, com sérias consequências à saúde do consumidor.

Outro programa também na área de defesa do consumidor é o POA ou o Programa de Proteção Jurídico-Sanitária de Consumidores de Produtos de Origem Animal. Nós já temos esse produto há mais de uma década no Ministério Público e é renovado a cada ano, pela sua importância. Ele é importante, pois todos os senhores conhecem o estado de Santa Catarina e sabem que, hoje, o trato com a comercialização de carne, seja de bovinos, suínos, linguças, embutidos, enfim, tem um tratamento diferente daquilo que encontrávamos há 10 ou 15 anos, dr. Fábio. E o dr. Fábio foi o idealizador desse programa e contou, evidentemente, com a parceria de vários segmentos da sociedade e do

setor público, e hoje os resultados também merecem ser apresentados.

Nós tivemos fiscalização, no ano de 2015, em 559 estabelecimentos, sendo que 111 municípios foram fiscalizados. E essa tabela também indica que no comércio tivemos uma redução significativa de produtos impróprios, mas ainda encontramos no ambiente das indústrias um índice quase que equivalente a 2011, indicando a necessidade de fortalecimento dessa parceria e dessa atuação.

Outro ponto chama-nos muito a atenção: 142 mil quilos de produtos impróprios ao consumo foram apreendidos e inutilizados durante o ano de 2015, e é um número também muito significativo.

Essa tabela também merece destaque, na medida em que mostra duas curvas. A curva verde é a dos produtos desconformes: nós tínhamos, em 2012, 131 mil e caímos, em 2015, para 40 mil. Ou seja, 40 mil ainda é muito, mas houve uma redução muito significativa. E os produtos clandestinos tiveram uma ascensão muito grande e agora já apontam para um período também de queda dos seus números.

Outro aspecto que gostaria de destacar nessa questão desse programa é que apenas uma Ação Civil Pública foi ajuizada pelo Ministério Público. Mas por quê? Porque não houve necessidade. Foram firmados Termos de Ajustamento de Condutas e adotadas outras medidas, ao invés de se buscar a judicialização, que é demorada e muitas vezes não gera a efetividade das ações.

Também merece destaque o cuidado que o Ministério Público tem com a água que chega todos os dias às nossas residências. E temos um programa específico, que é o Programa de Qualidade da Água Tratada e Distribuída, que tem como foco verificar os fatos e as responsabilidades atinentes ao controle e à vigilância da qualidade da água para consumo dos municípios catarinenses.

Esse é um tema sabido por todos e de muita dificuldade. A água, hoje, vale ouro e é essencial para a nossa subsistência e a subsistência dos animais. É algo que precisamos ter muita cautela, quando da sua distribuição e quando ela é tratada.

Foi feita uma verificação dos 295 municípios catarinenses e em 84 não havia cadastro de qualquer informação sobre esse tema nos municípios, e em 72 incluíram dados de forma incompleta. Foi feita também uma inspeção conjunta envolvendo o Ministério Público e os órgãos de controle, especialmente a Vigilância Sanitária, na estação de tratamento localizada na região metropolitana da Grande Florianópolis. Apenas para se ter uma ideia, foram verificadas 31 irregularidades, em apenas uma inspeção com essa atuação conjunta de vários segmentos, que resultou na lavratura de auto de infração e também na intimação da empresa responsável pelo fornecimento da água.

Mudando, agora, vamos entrar na Tutela Difusa da Segurança Pública. Os srs. parlamentares certamente sempre ouviram falar do Ministério Público atuando em defesa do meio ambiente, em defesa do consumidor e da moralidade administrativa, e aqui estamos apresentando algo novo que ainda não existe no cenário nacional, em outros Ministérios Públicos, algo construído com essa dimensão.

Estamos trabalhando, efetivamente - e começamos isso em 2015 -, na Tutela Difusa da Segurança Pública. O que isso representa? Nós temos uma atuação, uma vocação institucional, e todos os senhores conhecem, da nossa atuação na área criminal, que tem, evidentemente, um viés de atuação na área de Segurança Pública. Mas isso não é o suficiente e o Ministério Público está utilizando equipamentos, *softwares*, e está usando, inclusive, inteligência artificial para desenvolvimento de programas que possam importar na elaboração de diagnósticos, transformando dados que são muitas vezes dados frios, dados que não transmitem uma informação em conhecimento. Ou seja, é a partir deste projeto que o Ministério Público vai conseguir realizar diagnósticos sobre a criminalidade no estado de Santa Catarina: através da parceria. O Ministério Público não é o senhor dessas informações. Essas informações, dr. Jádel da Silva Júnior, e v.exa. coordena esse

projeto, vêm de bancos públicos, de dados públicos.

Se os senhores, amanhã, me perguntarem: "Sr. procurador-geral, qual é o cruzamento, em Florianópolis, onde ocorre o maior número de acidentes de trânsito"? Eu lhes respondo isso em segundos. Se os senhores me perguntarem: "Qual o local que tem o maior número de apreensão de drogas: Chapecó, São Lourenço do Oeste, Xanxerê ou Imaruí"? Eu lhes respondo isso em segundos.

Eu posso cruzar essas informações, inclusive, com os ambientes escolares. Eu quero identificar, de forma georreferenciada, onde estão ocorrendo situações de práticas criminosas no entorno das escolas. E que práticas são essas? São assaltos a crianças que estão saindo do colégio? É o tráfico de entorpecente que está em volta do colégio?

E é a partir desse momento que vamos ter condições de contribuir de forma mais efetiva com as políticas de segurança pública, levando, quem sabe, ao Executivo, propostas de direcionamento de policiamento. Quem sabe colocando, dr. Jádel - e já é uma iniciativa nossa, e estamos iniciando uma discussão com o Poder Executivo -, policiais do CTISP - Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública, que estão aposentados, no entorno de escolas que mais registram ocorrências policiais, de forma criteriosa, com critérios objetivos, claros e transparentes.

Esse, portanto, é um projeto que estamos iniciando, e eu tenho muito ânimo de falar sobre ele, porque é algo que entendemos como diferente e novo, em termos de atuação do Ministério Público não somente em Santa Catarina, mas do Ministério Público brasileiro.

Quero registrar, também, a nossa preocupação com a questão da execução penal e dos nossos presídios. Todos sabemos das dificuldades que apresentam os presídios, mas temos também números muito interessantes a apresentar. E o primeiro que eu gostaria de registrar é a evolução das instituições parceiras no cumprimento e na fiscalização das penas alternativas, que são as nossas Centrais de Penas Alternativas.

Vejam, srs. deputados, que em 2012 tínhamos 505 instituições parceiras e hoje temos três vezes mais: 1.547. E quanto às pessoas atendidas, também houve um salto de qualidade. Em 2012, tínhamos 1.485 e hoje temos dez vezes este número: 14.136.

E quais são os resultados disso? É claro que estamos falando aqui de crimes de baixo potencial ou médio potencial. Mas verifiquem, senhores, o índice de reincidência, que é de apenas 3%, envolvendo o cumprimento de penas alternativas. Vejam que 96% dos apenados que cumprem esse tipo de punição não apresentam reincidência. Este número merece realmente a nossa reflexão.

E quem cumpre essas penas - e esses dados se complementam? Via de regra, são pessoas que não apresentam reincidência, quando entram pela primeira vez no sistema equivalem a 88%. E apenas 11% de pessoas que cumprem penas alternativas foram pessoas que já apresentaram algum tipo de ocorrência criminal ou alguma condenação.

Investigação criminal e lavagem de dinheiro. O tema da lavagem de dinheiro é algo que está na moda, é algo novo, quem sabe o tema mais falado, ao lado da delação premiada. E como é possível fazer esse controle? Especialmente através de equipamentos, laboratórios de alta tecnologia. E o Ministério Público tem a grata satisfação de trazer ao plenário da Assembleia Legislativa a informação de que já conta com esse tipo de laboratório, em parceria com o ministério da Justiça. E estamos criando - e certamente até o final do ano teremos instalado em um dos nossos prédios no centro de Florianópolis - o nosso Centro de Inteligência Investigativa, onde teremos todos os setores que envolvem inteligência atuando de forma articulada e planejada.

A questão da área educacional. Todos os senhores já ouviram falar e muitos, inclusive, foram parceiros, do Apoia. Nós tivemos, no ano de 2015, mais de 11 mil crianças retornando às salas de aula. Mas isso não é o mais significativo. O mais significativo é que essas 11 mil crianças que retornaram permaneceram na sala de aula. E isso

somente vai ocorrer a partir da capacitação dos profissionais.

Eu tive a felicidade, há poucos dias, de ter estado na comarca de Meleiro, onde tive um encontro com o promotor de Justiça, que me noticiou que naquele momento estava sendo realizado um treinamento, num colégio público muito próximo ao Fórum, de quase 100 profissionais. E esse treinamento estava sendo dado pelo Ministério Público, com orientações de como atender a esse sistema, que denominamos de Apoia.

Eu estive lá e conversei, inclusive, com os profissionais da área da educação, e foi muito gratificante ver a alegria daqueles professores interagindo com o Ministério Público e recebendo orientações de como devem atender a uma criança nessa situação. E apenas no ano de 2015 nós capacitamos 1.703 professores.

Saúde Mental Infanto-Juvenil. Em face da nossa atuação, e aí, evidentemente, com o investimento do Poder Executivo, 12 novos leitos de psiquiatria infanto-juvenil foram criados no estado, com a apresentação de um resultado também muito significativo.

Também na área da infância, tenho muita alegria de falar sobre o Programa Aprendiz. O Ministério Público, no ano passado, abriu as suas portas e trouxe para trabalhar neste Programa Aprendiz adolescentes, jovens, alguns com deficiências, cegos, surdos, alguns vindos de abrigos, outros adolescentes que praticaram atos infracionais e que estão tendo a primeira oportunidade. Nós colocamos à disposição 20 vagas no momento inicial, e a nossa intenção é, passo a passo, dar mais oportunidades a essas pessoas que precisam, quem sabe, de uma única oportunidade para conseguir algo na vida.

O programa Lixo Nosso de Cada Dia, somado à questão do saneamento, dr. Paulo Locatelli, quem sabe, seja o grande problema ambiental no estado. O programa Lixo Nosso de Cada Dia indica que foram encaminhados para a elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

em Santa Catarina, no ano de 2014, 31 municípios. Em 2015, ampliamos para 41, mas esse número ainda é muito modesto. O mapa do estado ainda não nos é favorável. Os resultados são que 203 municípios, em 2014, e 196 municípios, em 2015, apresentam Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e isso ainda não é nem próximo do ideal.

A questão do saneamento básico também é um tema em que o Ministério Público atua diretamente. Apenas 56% dos municípios catarinenses possuem Plano de Saneamento Básico aprovado por lei, ou seja, apenas a metade dos municípios. E também o mapa não nos é favorável. E aí nós encontramos, evidentemente, o problema do Rio do Braz, que é apenas uma referência, mas é uma ocorrência, infelizmente, isolada em terras catarinenses.

O programa da Transparência e Cidadania resume-se a ações direcionadas ao combate da corrupção e também ao prestigamento da moralidade e da boa gestão administrativa. E podemos registrar que, felizmente, nesse aspecto, em termos de transparência, o estado de Santa Catarina vai muito bem. Todos os 295 municípios tiveram os seus portais avaliados. Santa Catarina, certamente, é o estado, segundo avaliações feitas por especialistas, mais transparente, no que se refere aos seus dados públicos. Ou seja, os municípios catarinenses, sejam as Prefeituras Municipais ou as Câmaras de Vereadores, são os mais transparentes dentro de todo o território nacional.

Também gostaria de citar o Grupo Especial Anticorrupção, que é formado por valorosos colegas, a grande maioria que ainda acumula as suas funções originárias na Promotoria de Justiça, ou seja, são colegas que estão recebendo um encargo a mais e atuando em casos de grande complexidade.

Temos uma visão de que o combate à corrupção, ao desvio ético dá-se: com instrumentos legislativos adequados, e hoje temos um cenário favorável a isso; com instrumentalização em termos de tecnologia da informação; com recursos humanos bem capacitados; mas também com respostas rápidas.

Muitas vezes, ex-deputado e ex-presidente Joares Ponticelli, a demora na tramitação de um processo, a demora na resposta da conclusão de uma investigação é a condenação muito mais significativa do que a própria resposta judicial. Por isso da nossa preocupação de ter esse grupo especial de atuação para atuar em casos de grande complexidade, e aí procurar dar uma resposta rápida, no tempo certo, preservando, evidentemente, o direito à intimidade e à defesa que todo cidadão brasileiro possui.

Saúde fiscal dos municípios. Esse é um programa que, inclusive, recentemente, há poucos dias, foi premiado pelo Conselho Nacional do Ministério Público como uma boa prática. É mais um gesto do Ministério Público de aproximação com parceiros, com aliados. O Ministério Público se propõe a fazer a capacitação, a organizar os setores tributários das prefeituras. Já recebemos retornos de prefeituras de grande porte de que houve um aumento, no ano de 2015, de mais de R\$ 20 milhões no Orçamento, em face da adequação do Sistema Tributário Municipal.

Esse fato é muito significativo e certamente é apenas o início, porque ninguém quer fazer tributação excessiva, aumentar a carga tributária, mas apenas fazer com que todos cumpram com as suas obrigações de forma isonômica, de forma igualitária. E o município não pode desperdiçar recursos que são valiosos para a prestação de serviços públicos.

Vejam, senhores, que hoje 85% dos municípios aderiram a esse programa, 251 municípios já participam, efetivamente, e já fizeram as devidas capacitações e estão em pleno funcionamento.

Temos, também, em parceria especialmente com a secretaria de estado da Fazenda, o Programa de Combate à Sonegação Fiscal e os números impressionam. Está aqui o coordenador estadual, dr. Giovani Andrei Franzoni Gil, que é o líder institucional para essa área.

Nós temos, hoje, as Promotorias Regionais de Combate à Sonegação Fiscal, e a partir deste momento o incremento da atuação nesta área, em

parceria com a secretária da Fazenda, tem apresentado resultados efetivos. Verifiquem os senhores o crescimento dos valores que foram denunciados, mais de R\$ 600 milhões no ano de 2015.

Vejam os senhores, na tabela seguinte, o valor efetivo que foi recolhido em face da atuação do Ministério Público: quase R\$ 90 milhões.

Nós temos, na coluna da direita, outro dado muito significativo, que chega próximo a R\$ 800 milhões, que são os valores parcelados, em face da atuação do Ministério Público.

Se os senhores colocarem isso na balança, verificarão que o Orçamento do Ministério Público não chega a R\$ 600 milhões. Somente nesta área, somente em termos de parcelamento, a atuação do Ministério Público gerou, no ano de 2015, aproximadamente R\$ 800 milhões aos Cofres Públicos.

Gostaria de registrar, também, o reconhecimento que o órgão de controle, que é o Conselho Nacional do Ministério Público, tem feito ao Ministério Público catarinense. E esse não é um trabalho dessa administração, dessa equipe, ou deste procurador-geral. É um trabalho histórico, que vem de muitos anos e que passou por diversas administrações, por diversas pessoas, felizmente pessoas brilhantes que estão à frente do Ministério Público catarinense.

Tivemos inúmeras premiações. Fomos primeiro lugar em comunicação e relacionamento, projeto de comunicação com a sociedade. Estávamos há pouco conversando no gabinete da Presidência, dizendo que temos vídeos na *internet* de orientação, vídeos em *Faceboock* para a orientação da comunidade sobre o direito de uma criança portadora de deficiência, por exemplo, que tem mais de 30 mil acessos, utilizando ferramentas de comunicação ágeis, baratas, que atendem a população, especialmente os jovens.

Estou aqui com dois servidores, inclusive com o coordenador da nossa área de comunicação social, a quem eu parablenizo pelo sucesso e, inclusive, pela premiação, em primeiro lugar, nesse Prêmio de

Comunicação dado pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Em profissionalização de gestão, fomos o segundo lugar; na questão de combate à corrupção, fomos o terceiro lugar - e todas as premiações envolvendo o Conselho Nacional.

Já estou chegando muito próximo do fim, mas não poderia deixar de registrar esse projeto que se preocupa em atender bem as pessoas. Depois de uma avaliação interna, uma pesquisa técnica, constatamos que ainda temos dificuldades para atender bem o cidadão. Esse é um reconhecimento difícil de fazer. Pode ser até dolorido, mas precisa ser feito, porque é a partir daí que vamos direcionar novas políticas.

Criamos, em Florianópolis, um setor piloto de atendimento humanizado a todas as pessoas que procuram o Ministério Público. Mesmo quando não seja um caso de resposta da instituição, mesmo que aquela pessoa seja orientada a ir à prefeitura, ao Procon, à secretaria de estado, a pessoa é acolhida e orientada de como deve proceder. E todas as nossas novas sedes já estão sendo planejadas dentro desse novo perfil, com o atendimento humanizado, em ambientes sigilosos, onde as pessoas são treinadas para bem acolher e bem encaminhar.

Outro projeto é o Projeto de Gestão, e que também me parece que vale a pena trazer alguns dados, que chamamos de GesPro. Não adianta criarmos Promotorias de Justiça - e esta Casa tem sido parceira do Ministério Público nesses desafios de criação de novas promotorias, especialmente de promotorias em cidades menores, mais acanhadas, que mais precisam do atendimento de um promotor de Justiça -, se não tivermos, deputado Manoel Mota, uma gestão administrativa adequada, com fluxo bem estabelecido. Nós vamos chegar, certamente no ano de 2017, com promotorias com certificação de ISO 9000. Estamos caminhando para isso, com todos os seus fluxos internos auditados dentro de normas técnicas estabelecidos pelo programa 5S.

Portanto, não basta apenas criarmos promotorias, temos que ser eficientes na gestão, e esta é uma das nossas iniciativas.

Trago também para a nossa reflexão - e já estou chegando bem na parte derradeira - alguns comparativos que tomamos a liberdade de fazer com os nossos coirmãos: Ministério Público do Rio Grande do Sul e o Ministério Público do Paraná. Esses dados não são de Santa Catarina, são dados coletados pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Vejam os senhores que Santa Catarina é a metade, em termos de tamanho e estrutura, dos Ministérios Públicos gaúcho e paranaense, e os números são muitos significativos. Santa Catarina, em procedimentos extrajudiciais que foram instaurados, está muito acima do Rio Grande do Sul e do Paraná, que são estruturas o dobro da nossa. Nós temos, de procedimentos finalizados, três vezes mais que esses dois estados. Em resolutividade, temos também o número de 110% superior a esses dois estados vizinhos, que são, diga-se de passagem, Ministérios Públicos de extrema organização e de toda respeitabilidade. Mas isso é apenas para mostrar que alguns números, que, às vezes, parecem ser muito frios, retratam uma realidade da nossa atuação.

Para encerrar, eu trago para a reflexão o cenário que estamos vivendo nas ruas. Eu trago aos senhores números, especialmente, sobre a situação criminal que estamos vivendo. Verificam os senhores a evolução das nossas transações penais, que são aqueles acordos que são realizados na esfera criminal, com um aumento significativo em 2015, e a ocorrência de crimes graves, aqueles que abalam realmente o nosso estado emocional, que abalam a sociedade, crimes de júri. Nós estamos tendo um registro médio de 700 homicídios por ano em Santa Catarina. E, às vezes, as informações que surgem são de que, aparentemente, está tudo bem, porque não houve aumento. Todos os anos estão morrendo 700 pessoas. O mesmo número, muito assemelhado, encontramos para os suicídios.

A área da infância é uma área muito cara para o Ministério Público e tem como vocação institucional a defesa da criança e do adolescente. Vejam os senhores o que as nossas crianças e os nossos adolescentes estão fazendo: temos uma pequena parcela que está recebendo liberdade assistida; outros, prestação de serviço à comunidade; e assim por diante.

Mas vejam os senhores a tabela ao lado. A parte vermelha daquele círculo aponta o envolvimento de crianças com tóxico, com as drogas, a nossa grande maioria de ocorrências. Vejam os senhores a parte verde, que são crimes contra o patrimônio, e aí vamos encontrar latrocínio, roubo, extorsão. E na parte cinza encontramos crimes contra a pessoa. É este o ambiente que nós encontramos.

Em 2015, tivemos 2.327 denúncias de roubo; 113 pessoas assassinadas vítimas de latrocínio; 2.761 ocorrências, denúncias de tráfico de entorpecentes, tudo com um potencial de crescimento muito significativo.

Senhoras e senhores, eu me despeço desta tribuna, mas registro apenas, por último, o nosso Plano Geral de Atuação, que é um instrumento muito caro para a instituição e que não é definido pelo procurador-geral, e sim depois de um debate interno com todos os colegas, com todos os promotores e procuradores, promotoras e procuradoras de Justiça, com a participação maciça, muito significativa, que no último ano escolheram o combate à corrupção como a melhor prioridade para a atuação do Ministério Público. E evidentemente sem abandonar as outras áreas de atuação, mas que, diante do momento histórico, diante do reclamo da sociedade, diante das circunstâncias históricas e políticas do Ministério Público, nós não poderíamos nos afastar desse tema. E aí a instituição definiu isso não apenas para combater o crime de corrupção, mas o desvio ético que aponta por uma fila que não é respeitada na área da saúde, por uma transparência que não ocorre numa Câmara de Vereadores num

pagamento de uma diária. Enfim, pela eficiência do serviço público.

E hoje, certamente, a corrupção, que é a maior mazela da sociedade brasileira, é a que mais causa prejuízos no cenário econômico, no cenário de motivação social, inclusive com um desprestígio e desvalorização da vida pública brasileira e de setores da sociedade.

Então, gostaríamos, mais uma vez, de agradecer ao sr. presidente, deputado Aldo Schneider, pela oportunidade dada ao Ministério Público. Estamos, hoje, além de cumprir um compromisso constitucional, cumprindo um compromisso com a sociedade catarinense, que neste momento é representada por este Parlamento.

Quero agradecer, em nome do Ministério Público e em meu nome pessoal, de coração, a presença de todos os senhores e por terem participado deste momento histórico para a nossa vida institucional.

Muito obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider)- Em nome desta Presidência, agradeço ao excelentíssimo sr. Sandro José Neis pela apresentação do relatório, conforme preconiza a nossa Constituição, através do art. 101. Evidentemente que cabe as sras. deputadas e aos srs. deputados os agradecimentos por esta extraordinária prestação de contas no que se refere à atuação do Ministério Público.

Quero também, neste momento, de maneira muito especial, cumprimentar e desejar as boas-vindas ao dr. José Galvani Alberton, subcorregedor-geral do Ministério Público; ao dr. Fábio de Souza Trajano, subprocurador-geral; bem como a todos os servidores do Ministério Público de Santa Catarina.

De modo especial, gostaria de cumprimentar as sras. deputadas e os srs. deputados, e o nosso ex-presidente e prefeito eleito de Tubarão, Joares Ponticelli, desejando-lhe sucesso na sua caminhada a partir de 1º de janeiro de 2017.

Conforme preconiza o art. 101, abro agora um espaço para eventuais questionamentos por parte dos srs. deputados e das sras. deputadas.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente; srs. deputados e sras. deputadas; srs. procuradores; dr. Sandro José Neis, procurador-geral, e em seu nome saúdo todos, em especial a imprensa.

Tivemos a oportunidade de ouvir e visualizar a apresentação que, sem nenhum reparo às demais, foi de fácil compreensão do que está acontecendo em Santa Catarina e da atuação da instituição, do que ela tem produzido a favor dos catarinenses.

Portanto, poderia aqui falar de todas as atividades, conforme a exposição, mas quero ressaltar um ponto específico, dr. Sandro, e que, muitas vezes, nós, no dia a dia, não prestamos a atenção e que está contido na página 24: "Indicador de monitoramento de frutas, legumes, verduras e vegetais".

No nosso dia a dia, ingerimos produtos proibidos com alto índice de contaminação, ou produtos com resíduos, e já temos um grande avanço de produtos que estão, em outras palavras, sem nenhum resíduo ou sem contaminação.

Há poucos dias, ouvi numa rádio da minha região uma entrevista feita com um presidente de sindicato ou um trabalhador rural, que falou sobre as abelhas, deputado Aldo Schneider, e do quanto elas são importantes para a nossa vida. Sem elas não sei quantos anos teríamos de sobrevivência, porque são as abelhas que fazem a polinização das frutas, dos legumes, e, inclusive, do nosso consumo de proteínas animais. Está aqui o deputado José Milton Scheffer, que é da Epagri, e o deputado Altair Silva, que é técnico, e eles me disseram que se não houver a abelha, nem a carne bovina nós vamos comer, porque não haverá o pasto.

Mas o que me chamou atenção foi quando ele disse que nós, seres humanos, somos aquilo que ingerimos. Isso me marcou muito porque, no caso dos agrotóxicos, nós sabemos que há necessidade de proteger os nossos alimentos para a produção, mas

essa proteção precisa ser feita dentro dos limites, deputado Valmir Comin, para que não haja a utilização exagerada daqueles agrotóxicos que são totalmente proibidos, mas que são usados de algum modo ou por contrabando ou por desconhecimento - e isso já é difícil dizer nos dias de hoje.

Então, quero destacar essa atuação, sem aqui dizer que não se pode produzir mais, porque, se não pode produzir, então o ser humano também não pode estar aqui. Não pode haver o radicalismo, mas é preciso que haja o controle, sem dúvida nenhuma.

Eu destaco essa questão porque não tive a oportunidade de ver alguém atuando nesse campo dos legumes, das verduras e de outros produtos que estamos ingerindo.

Portanto, diante disso, quero parabenizar a instituição como um todo e dizer ao presidente que vamos também colaborar e intensificar as informações, através dos meios de comunicação, para ajudar o próprio agricultor, aquele que produz. Nos últimos dois ou três anos, temos procurado plantar o tomate, o rabanete e a beterraba no próprio quintal, num espaço pequeno, já que o tomate, por exemplo, talvez seja um dos produtos que tenham um alto grau de agrotóxico, porque é uma planta sensível. Qualquer vento mais frio queima as suas folhas e o pé de tomada já não produz. Então, mesmo que haja a aplicação de algum agrotóxico para a proteção, ela pode ser evitada quando a fruta já está em crescimento. Ou pode ser feita antes disso ou a proteção ser feita de algum outro modo, com a estufa, para que não haja tanta contaminação, porque é um produto que tem um alto grau de absorção do próprio agrotóxico.

Então, parabéns ao dr. Sandro José Neis e a toda a sua equipe, que vem-se preocupando também com essa área dos nossos alimentos.

Muito obrigado e um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -  
Agradeço a manifestação de v.exa.

Convido para fazer uso da palavra o sr. deputado Fernando Coruja, conforme a inscrição.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Saúdo o procurador-geral, dr. Sandro José Neis; todos os membros do Ministério Público; o deputado Aldo Schneider e os demais parlamentares.

Eu cheguei há pouco, devido a outros compromissos, mas pude ouvir a colocação do procurador-geral a respeito da questão das filas na saúde pública, e considero muito importante esse disciplinamento porque, do jeito que está, é muito provável que não consigamos, daqui a pouco, ter dinheiro para dar acesso à saúde para todas as pessoas.

Então, com pouco dinheiro, é preciso ser justo na maneira de atender. Alguns países, como os escandinavos, que falam que são muito avançados na saúde, não dão, às vezes, tudo. Um medicamento novo lá, para ser introduzido e que se sabe que funciona, somente é permitido na hora em que é possível atender a todos. Nós estamos num processo, no Brasil, de judicialização que, no meu entendimento, fragiliza um pouco o processo democrático, porque a pessoa que tem o melhor advogado recebe o medicamento, e outra pessoa mais simples não recebe, e isso acaba sendo injusto.

As filas são uma injustiça muito grande, assim como furar a fila também. Então, falta transparência.

Há um projeto de autoria do deputado Antônio Aguiar que está tramitando na Casa e do qual sou o relator. Eu já apresentei o relatório e foi aprovado em várias comissões. Agora está na comissão de Saúde e espero que possa ser aprovado, porque será um instrumento importante para discutir essa questão e dar transparência e igualdade. Não podemos, de repente, dar tudo a todos, mas temos que ser justos com o que temos.

Então, quero me associar à ideia da importância dessa questão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação de v.exa.

Concedo a palavra ao sr. deputado Cesar Valduga.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Gostaria de cumprimentar o deputado Aldo Schneider; o procurador-geral, dr. Sandro José Neis; e os demais procuradores.

Quero dizer que é muito pertinente essa questão da transparência na área da Saúde no estado de Santa Catarina, e penso que isso precisa ser mais apurado.

Fiquei impressionado com o relatório e a atuação do Ministério Público, inclusive nas gestões públicas, principalmente na questão do jovem e do adolescente. Enfim, o leque de atuação é muito amplo.

Mas quero fazer uma colocação sobre a questão dos ACTs, que virou uma praxe, hoje, no estado e creio que até em nível de Brasil. A contratação de ACT é temporária, em caráter emergencial, mas virou uma praxe nos municípios. Houve uma diminuição de concursos públicos nas gestões públicas, mas a contratação de ACT, ano após ano, vem aumentando cada vez mais na gestão pública.

Então, essa é uma preocupação que sempre tenho em mente e creio que precisa ser feito um trabalho sobre a questão da moralidade, principalmente, para que não vire um comércio, um toma-lá-dá-cá, um balcão de negócios, e vemos muito isso nas gestões públicas municipais, e não somente aqui, mas em nível de Brasil também.

Penso que foi muito bem apurado pelo Ministério essa questão da transparência na fila do Sistema Único de Saúde, na gestão pública, na área da Saúde.

Parabéns ao dr. Sandro José Neis e também aos procuradores que vieram a esta Casa para explicar esse relatório. Fiquei impressionado com o trabalho que estão fazendo, e cada vez mais se aperfeiçoando e buscando mais ferramentas para que possam ser mais eficientes e, acima de tudo, trabalhar mais na questão da moralidade e da transparência dos atos do Poder Executivo.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado pela sua manifestação, deputado Cesar Valduga.

Agradecemos a presença de todos que nos honram com o seu comparecimento.

Esta Presidência encerra a presente sessão especial e, na sequência, dá continuidade à sessão ordinária.